



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 10, número 2, maio-ago. 2021

A PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL: ESTRATÉGIA DE NEGOCIAÇÃO EM TEXTOS OPINATIVOS PRODUZIDOS POR ALUNOS DO ENSINO MÉDIO



THE FIRST PERSON PLURAL: NEGOTIATION STRATEGY IN OPINIONATED TEXTS PRODUCED BY HIGH SCHOOL STUDENTS

Alice Andrade MISKIW
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Alcione Tereza CORBARI
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AS AUTORAS
RECEBIDO EM 13/01/2021 • APROVADO EM 26/04/2021
DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v10i2.3121>

Resumo

Nesta pesquisa, procuramos averiguar o uso da primeira pessoa do plural em textos opinativos produzidos por alunos do Ensino Médio, considerando as implicações do uso dessa marca de personalidade na construção da argumentação. Partimos da seguinte pergunta de pesquisa: como o recurso à primeira pessoa do plural contribui para a negociação no texto opinativo, considerando o contexto pragmático que mobiliza essa estratégia linguística? A análise empreendida pauta-se principalmente nos estudos da

Pragmática e recorre às pesquisas de Parret (1988), Yule (1996), Golder e Coirier (1996), Rodrigues (2001), Fiorin (1996/2007), entre outros. Metodologicamente, propomos uma pesquisa qualitativa interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008), orientada por uma análise descritivo-interpretativa e por procedimentos metodológicos da Análise Textual Qualitativa (MORAES; GALIAZZI, 2011). Os dados mostram a recorrência do *nós inclusivo*, que relaciona um 'eu' (enunciador), um 'tu' (interlocutor) e um 'eles' (a população em geral), que é posto em cena numa tentativa de aproximação com o leitor e alinhamento deste à perspectiva discursivamente construída, o que pode ser entendido como tentativa de negociação no texto opinativo.

Abstract

In this research, we tried to investigate the use of the first person plural in argumentative texts produced by high school students, considering the implications of using this strategy in the construction of the argument. We start from the following research question: How does the use of the first person plural contribute to the negotiation in the argumentative text, considering the pragmatic context which it is inserted? The analysis undertaken is based mainly on the studies of Pragmatics and uses the research of Parret (1988), Yule (1996), Golder and Coirier (1996), Rodrigues (2001), Fiorin (1996/2007), among others. Methodologically, we propose a qualitative interpretive research (BORTONI-RICARDO, 2008), guided by a descriptive-interpretative analysis and by methodological procedures of Qualitative Textual Analysis (MORAES; GALIAZZI, 2011). The data show the recurrence of the inclusive form, which relates an 'I' (enunciator), a 'you' (interlocutor) and a 'them' (the population in general), which is put on the scene in an attempt to approach the reader and its alignment with the discursively constructed perspective, which can be understood as an attempt to negotiate in the argumentative text.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Primeira pessoa do plural. Argumentação. Negociação. Texto opinativo.

Keywords: First person plural. Argumentation. Negotiation. Argumentative text.

Texto integral

Introdução

Considerando a importância do desenvolvimento de pesquisas que busquem superar os estudos da gramática tradicional e que busquem evidenciar não apenas as escolhas linguísticas, mas também seu funcionamento em diversas situações de interação, levando em conta a interpretação do que é proferido dentro do contexto em que os interlocutores estão inseridos, este trabalho apresenta resultados de pesquisa que toma como *corpus* de análise textos opinativos produzidos por alunos do Ensino Médio de uma escola pública de Cascavel-PR.

O tema 'o uso da primeira pessoa do plural em textos opinativos' nos gera interesse por apresentar aproximação com o gênero artigo de opinião, que estudamos em nossa pesquisa de Mestrado. A construção estilística desse gênero apresenta-se recorrentemente pautada no recurso à primeira pessoa, o qual constitui marca de negociação na construção da linha argumentativa. Embora os textos produzidos pelos alunos não possam ser entendidos como 'artigos de

opinião', a tentativa de produzir um texto que se aproxime desse gênero os leva a experimentar a superação da apregoada 'impessoalidade' relacionada ao texto dissertativo-argumentativo em direção a marcas enunciativas mais evidentes.

O que motiva esta pesquisa é a observação de que poucos estudos têm sido propostos sobre a temática considerando textos de alunos, principalmente no que se refere a trabalhos que tenham como foco de análise as marcas de primeira pessoa do plural. Entre os diversos aspectos linguísticos que podem ser estudados como estratégias de negociação, as marcas de primeira pessoa do plural ainda carecem de pesquisa na área da Linguística no Brasil.

Nessa perspectiva, este estudo busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como o recurso à primeira pessoa do plural contribui para a negociação no texto opinativo, considerando o contexto pragmático que mobiliza essa estratégia linguística? Com o intuito de responder à pergunta de pesquisa, estabelecemos nosso objetivo geral, qual seja: identificar e descrever a função discursivo-pragmática do uso da primeira pessoa do plural no movimento de negociação instaurado em textos opinativos produzidos por alunos do Ensino Médio, a partir da perspectiva da Pragmática.

Em conformidade com os estudos da Pragmática (PARRET, 1988; YULE, 1996; FIORIN, 1996, 2007), cuja investigação volta-se para a análise de fatos linguísticos em função do ato de enunciar (FIORIN, 2007), partimos do pressuposto de que o uso das marcas de primeira pessoa do plural pode ser uma maneira de agir sobre o outro, considerando os objetivos envolvidos na produção do texto em determinado contexto enunciativo.

Metodologicamente, propomos uma pesquisa qualitativa interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008), com abordagem descritivo-interpretativa, cujo recorte metodológico é feito a partir da perspectiva da Análise Textual Qualitativa (MORAES, 2003). O *corpus* de análise é constituído por textos opinativos produzidos por alunos do Ensino Médio de uma escola pública de Cascavel/PR.

Considerando o *corpus* investigado, os objetivos desta pesquisa e a possibilidade de integrar estudos pragmáticos a outras áreas da Linguística que consideram o texto em uso, recorremos a autores que não se enquadram especificamente dentro da área da Pragmática, mas que contribuem para a análise proposta. Por exemplo, a Linguística de Enunciação (BENVENISTE, 1976; FIORIN, 2007) ampara a análise da 'pessoa' na construção do texto, e a Linguística Funcional (NEVES, 2018) contribui com estudos sobre o funcionamento da primeira pessoa, especialmente no que tange ao estudo dos pronomes. Além desses autores, para discutir aspectos relativos à argumentação e conceituar 'negociação', recorremos a autores como Golder e Coirier (1996).

Para cumprir com os objetivos deste texto, além desta introdução e das considerações finais, na sequência desenvolvemos um levantamento sobre teorias e conceitos que amparam nosso trabalho. Assim, abordamos os seguintes temas: a Pragmática, as marcas de primeira pessoa e a noção de negociação no texto argumentativo. Explicitamos também a metodologia adotada e a seleção do *corpus*, buscando contextualizar a pesquisa. Por último, traçamos a seção de análise e discutimos os resultados.

A Pragmática e o estudo do significado contextual

Nesta pesquisa, buscamos nossa base nos estudos da Pragmática, área da Linguística que estuda as relações entre as formas linguísticas e os usuários dessas formas, considerando os significados pretendidos pelos interactantes, suas suposições, seus propósitos ou objetivos, e os tipos de ações que realizam quando falam (YULE, 1996). Nesse sentido, a Pragmática nos ajuda a compreender as escolhas linguísticas a partir do contexto da enunciação.

Parret (1988) observa que o sentido se caracteriza como globalmente ligado ao contexto, o qual envolve também uma relevância gramatical, considerada na perspectiva da “gramática profunda” descrita por Wittgenstein. Parret (1988) observa que os contextos não existem autonomamente, pois são dinâmicos e dependem da atividade de fala.

A discussão em torno da noção de contexto aponta para a relevância de explicitar os conceitos de enunciação, enunciado, enunciador e enunciatário. Fiorin (2007) recorre a Benveniste (1976) ao definir ‘enunciação’ como “a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização” (FIORIN, 2007, p. 162). Logo, ela é unidade constitutiva do enunciado, que, por sua vez, é o estado que resulta da enunciação, qualquer que seja sua composição sintagmática. O enunciado comporta elementos como: pronomes pessoais, demonstrativos possessivos, adjetivos, advérbios etc. Porém, conforme explica o autor, esse conjunto de marcas enunciativas mobilizadas no interior do enunciado “não é a enunciação propriamente dita, cujo modo de existência é ser o pressuposto lógico do enunciado, mas é a *enunciação enunciada*” (FIORIN, 2007, p. 162, grifos do autor).

Isso significa que, no texto, estão disponíveis dois conjuntos: a enunciação enunciada (conjunto de marcas que remetem à instância da enunciação) e o enunciado (sequência enunciada desprovida de marcas de enunciação). Fiorin (2007, p. 162), recorrendo ao exemplo “a Terra é redonda”, explica que tal sentença configura-se como enunciado, “pois o texto aparece sem as marcas do ato enunciativo” (FIORIN, 2007, p. 162). Todavia, ao afirmar “Eu digo que a Terra é redonda” (FIORIN, 2007, p. 162), tem-se a enunciação enunciada, pois enuncia-se no próprio ato de dizer.

Ademais, para Fiorin (2007), enunciador e enunciatário correspondem ao autor e leitor implícitos ou abstratos, acepção que usamos neste trabalho. Cada um é responsável por uma parte da comunicação: o enunciatário, por ser considerado como “filtro e instância pressuposta no ato de enunciar, é também sujeito produtor do discurso” (FIORIN, 2007, p. 163), e o enunciador é o produtor real, que leva em conta suas vivências e as do enunciatário a quem ele se dirige. O que podemos compreender com tal afirmação é que, no enunciado, para todo ‘eu’, existe necessariamente um ‘tu’ e que ambos são constituídos por seus contextos.

Esse ‘eu’ e ‘tu’, embora constitutivo do ato enunciativo, podem ficar evidenciados por marcas linguística específicas, como é o caso dos dêiticos que indicam os participantes da interação, como os pronomes pessoais e demonstrativos (FIORIN, 2007). Embora tais elementos não sejam os únicos a marcarem a primeira pessoa, o estudo sobre tais expedientes linguísticos contribui para a análise de outras formas de expressão da primeira pessoa do plural, como a desinência verbal, o pronome oblíquo e o pronome possessivo. Assim, na próxima seção, passamos a tratar da primeira pessoa com foco no estudo dos pronomes.

As marcas de primeira pessoa

Considerando a grande influência grega na construção do pensamento ocidental, destacamos a gramática de Dionísio o Trácio, um dos primeiros registros gramaticais da história, como uma forte influência para a construção nossa tradição gramatical atual.

Dionísio o Trácio foi responsável pela primeira gramática sistematizada da língua grega (séc. II a.C.), sendo o primeiro gramático a falar das pessoas do discurso, conforme pontua Neves (2011). A autora cita que Dionísio o Trácio classificou a primeira pessoa como a pessoa que fala (de quem parte o discurso); a 2ª pessoa como aquela a quem se fala (a quem se dirige o discurso) e a 3ª pessoa como aquela de quem se fala (sobre quem é o discurso), conceito que ainda permeia o ensino gramatical nas escolas, embora já questionado pela Linguística. Com pequenas variações, vemos esse conceito em diferentes compêndios gramaticais, como exemplifica a definição apresentada por Cunha e Cintra (1985):

Os pronomes pessoais caracterizam-se:

1ª) por denotarem as três pessoas gramaticais, isto é, por terem a capacidade de indicar no colóquio:

a) *quem fala* = 1.ª pessoa: *eu* (singular), *nós* (plural);

b) *com quem se fala* = 2.ª pessoa: *tu* (singular), *vós* (plural);

c) *de quem se fala* = 3.ª pessoa: *ele, ela* (singular); *eles, elas* (plural).

(CUNHA; CINTRA, 1985, p. 201, grifos dos autores)

Rocha Lima (2011) também apresenta as formas verbais que, por meio da conjugação, declaram a qual das três pessoas se refere o predicado, e, também, o número gramatical (singular ou plural) dessas pessoas: “am-O (eu), am-a-S (tu), am-A (ele, ela), am-a-MOS (nós), am-a-IS (vós), am-a-M (eles, elas)” (ROCHA LIMA, 2011, p. 157).

As gramáticas pautadas na tradição seguem esse paradigma das pessoas (1ª, 2ª e 3ª) também ao apresentar os pronomes oblíquos e possessivos.

Como crítica à essa abordagem, Lopes (2007) destaca que a apresentação dada pelos gramáticos sobre os pronomes não inclui formas amplamente utilizadas na linguagem coloquial (*você/vocês/a gente*) e concebe de forma equivocada os pronomes ‘nós’ e ‘vós’ como plurais de ‘eu’ e ‘tu’. Sobre isso, consideramos fundamental mencionar aqui as contribuições de Émile Benveniste (1991) acerca dos pronomes.

O autor fundamenta a presença linguística da subjetividade na linguagem, determinada pelo *status* linguístico de ‘pessoa’ (FLORES, 2013). O linguista francês foi o primeiro a falar sobre a consistência puramente linguística do ‘eu’, termo que não pode ser identificado senão na instância do discurso.

Em relação à crítica feita por Lopes (2007) de que as gramáticas concebem formas equivocadas do plural na categoria de pessoa, podemos recorrer a uma das principais obras de Benveniste: *Problemas de Linguística Geral* (1991). Nesse texto, o autor constata que, ao observar as três formas singulares dos pronomes, supõe-se que elas podem transportar-se de forma paralela para o plural, o que não se verifica no funcionamento real das línguas:

[...] nos pronomes pessoais, a passagem do singular para o plural não implica apenas uma pluralização. Além do mais, cria-se em inúmeras línguas uma diferenciação da forma verbal da primeira

pessoa sob dois aspectos (inclusivo e exclusivo) que denuncia uma complexidade particular. (BENVENISTE, 1991, p. 255-256).

Nesse sentido, não ocorre uma pluralização do ‘eu’, pois o ‘eu’ é dotado de unicidade e subjetividade. Assim, não pode haver vários ‘eu’, mas sim uma junção do ‘eu’ com o ‘não-eu’ (seja qual for o conteúdo desse ‘não-eu’). Ou seja, no ‘nós’ está sempre implícito um ‘eu’, pois a presença do ‘eu’ é constitutiva de ‘nós’. Porém, em ‘nós’, o ‘eu’ não está sozinho, pois conta com a presença do ‘tu’, do ‘vós’ ou do ‘eles’. A junção de eu+tu e de eu+eles é constituinte do que Benveniste (1991) chama de aspectos inclusivo (eu+tu) e exclusivo (eu+eles).

O linguista entende que a pluralização da pessoa verbal não resulta em um ‘eu’ quantificado ou multiplicado, mas sim em um ‘eu’ dilatado:

[...] de um lado, o ‘eu’ se amplifica por meio de ‘nós’ numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida; é o ‘nós’ de majestade. De outro lado, o emprego de ‘nós’ atenua a afirmação muito marcada de ‘eu’ numa expressão muito mais ampla e difusa: é o ‘nós’ de autor ou de orador [...] se misturam a necessidade de dar a ‘nós’ uma compreensão indefinida e a afirmação voluntariamente vaga de um ‘eu’ prudentemente generalizado. (BENVENISTE, 1991, p. 258).

Nesse trecho, Benveniste (1991) explica que os plurais não existem apenas para representar a quantidade de pessoas: pode ser que o ‘nós’ seja estrategicamente empregado para atenuar a presença muito marcada do autor no texto, por exemplo.

De forma geral, o linguista deixa claro que a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa “amplificada e difusa” (BENVENISTE, 1991, p. 258). O ‘nós’ anexa ao ‘eu’ uma globalidade indistinta de outras pessoas. Benveniste (1991) ainda acrescenta que a pessoa no singular é a “pessoa estrita” e a pessoa no plural é a “pessoa amplificada”. “Só a ‘terceira pessoa’, sendo não-pessoa, admite um verdadeiro plural” (BENVENISTE, 1991, p. 259).

Neves (2018) também faz menção aos usos inclusivo e exclusivo da primeira pessoa do plural quando explicita que as formas plurais de pronome pessoal nem sempre fazem referência apenas a indivíduos da mesma pessoa do discurso. É comum que elas façam referência a indivíduos de diferentes pessoas do discurso. No caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa (‘nós’, ‘nos’), é comum que haja o envolvimento de uma segunda ou terceira pessoa (ou ambas). Eles podem representar:

- Primeira pessoa + segunda(s) pessoa(s):
Ex.: *Escuta, Maria Luiza, vamos conversar nós duas!* [nós = eu + tu];
[...] *Não, Cló pode ficar, não tem problema. Porém tudo que acontece deve ser apenas do conhecimento de nós quatro, de mais ninguém.* [nós = eu + vocês três]; [...]
- Primeira pessoa + terceira(s) pessoa(s):
Nós, eu e minha irmã, éramos como bonecos para papai e mamãe. [nós = eu + minha irmã (ela)]; [...]

- Primeira pessoa + segunda pessoa + terceira pessoa:
Mas os índios têm como nós uma alma imortal [nós = eu + vocês + outros homens brancos (eles)]; (NEVES, 2018, p. 489-490).

Neves (2018) destaca, também, que nem sempre a forma plural do pronome pessoal indica somente uma variedade de referentes. Por exemplo, com o pronome plural de primeira pessoa, podemos verificar os seguintes casos:

o falante usa o pronome 'nós' para falar por um grupo ao qual pertence:

A gente se acostumou a viver numa cidade agitada, televisão, rádio, cinemas, eleições violência urbana, catástrofes. Como é que vive um índio? Um montanhês, como é que vive um montanhês? Ou um camponês, que só precisa de uma terrinha e das próprias mãos para viver? Nós temos de ser igual a eles!

[nós = o grupo de habitantes urbanos]

Nós devemos satisfações ao nosso nível social.

[nós = o grupo de membros de uma sociedade]

Nós somos uma empresa de software.

[nós = nossa empresa] (NEVES, 2018, p. 491).

Há também os casos de referenciação pessoal genérica, nos quais os falantes deixam de referir-se especificamente ao falante (primeira pessoa) e equivalem a "qualquer pessoa". Por exemplo, se um instrutor de trânsito está dando aula para uma turma de novos condutores e decide dar um exemplo, ele pode dizer: "*É preciso que eu aplique, que eu utilize os sinais de trânsito na hora certa*" (NEVES, 2018, p. 499). No entanto, ele não está se referindo a si mesmo, mas a todos os futuros condutores que estão ouvindo, ou até mesmo aos condutores já formados que estão dirigindo pelas ruas.

No caso da primeira pessoa do plural, a referenciação genérica ocorre, mas não apresenta indeterminação total, pois na primeira pessoa do plural está sempre incluído o falante (eu), que já é um referente determinado, como neste exemplo: "*A nossa falta de liberdade consiste sobretudo em que nós gostamos do que escolhemos e não do que deveríamos escolher para alcançar a felicidade que procuramos*" (NEVES, 2018, p. 499). Nesse caso, se pudéssemos analisar o trecho em seu contexto, saberíamos a identidade do produtor, e teríamos apenas os demais sujeitos como indeterminados.

Fiorin (1996) reforça os estudos clássicos de Benveniste (1991) ao dizer que existem formas distintas para as chamadas primeira e segunda pessoas do plural e, portanto, não se pode dizer que há nelas uma simples pluralização, o que ocorre na terceira pessoa. As marcas de plural de feminino (ele = eles, ele = ela) assinalam a ausência de pessoalidade. Assim, o autor afirma que o significado das pessoas são:

eu: quem fala, *eu* é quem diz *eu*;

tu: aquele com quem se fala, aquele a quem o *eu* diz *tu*, que por esse fato se torna o interlocutário;

ele: substituto pronominal de um grupo nominal, de que tira a referência; participante do enunciado; aquele de que *eu* e *tu* falam;

nós: não é a multiplicação de objetos idênticos, mas a junção de um *eu* com um não *eu*; há três *nós*: um inclusivo, em que ao *eu* se acrescenta um *tu* (singular ou plural); um *nós* exclusivo, em que ao *eu* se juntam *ele* ou *eles* (nesse caso o texto deve estabelecer que sintagma nominal o *ele* presente no *nós* substitui) e um *nós* misto, em que ao *eu* se acrescentam *tu* (singular ou plural) e *ele(s)*.

vós: um *vós* é o plural de *tu* e outro é um *vós*, em que ao *tu* se juntam *ele* ou *eles*;

eles: pluralização de *ele* (FIORIN, 1996, p. 60).

Fiorin (1996) explica, ainda, que existem três conjuntos de morfemas que servem para expressar a pessoa: os pronomes retos e oblíquos; os pronomes possessivos; e as desinências número-pessoais dos verbos. “Os pronomes pessoais exprimem as pessoas pura e simplesmente. Os retos exprimem a pessoa em função subjetiva e os oblíquos em função complemento” (FIORIN, 1996, p. 61). O autor ainda aborda os adjetivos possessivos, referentes ao que a gramática entende por ‘pronome possessivo’, que entende como uma variante dos pronomes pessoais, assumindo também a função de marcar a pessoa.

O trabalho de Fiorin (1996) acerca das categorias de pessoa vai além dos postulados dos estudos da gramática tradicional. O autor, baseando-se nos pressupostos da Linguística da Enunciação, considera a enunciação um acontecimento único, realizado por sujeitos particulares em situações particulares e, portanto, fora dos quadros do sistema. Assim, seus estudos buscam evidenciar não apenas as formas linguísticas existentes, mas também seu funcionamento em todas as instâncias.

De acordo com Proctor e Su (2011), nós nos referimos às pessoas diariamente e, para tal, recorreremos aos pronomes pessoais. Como citamos, a partir das teorizações de Benveniste (1991) sobre as pessoas do discurso, compreendemos que as 1ª e 2ª pessoas são subjetivas, não podendo ser diretamente relacionadas a um mesmo objeto, ou seja, o ‘eu’ ou o ‘nós’ sempre terá seu referente definido na funcionalidade do discurso, pois retrata um uso dêitico, pragmaticamente situado.

Nesse contexto, Proctor e Su (2011) afirmam que os pronomes pessoais podem ser usados com facilidade para transmitir diferentes significados, fazendo com que eles sejam a ferramenta perfeita para propósitos retóricos. Assim sendo, todos os efeitos provocados pelos pronomes podem ser relevantes na construção da negociação argumentativa.

Para exemplificar tal afirmação, citamos a pesquisa de Bull e Fetzer (2006). Os autores mencionam o caso de uma entrevista com um candidato a determinado cargo político. Durante a entrevista, é possível identificar que o candidato explora o uso dos pronomes pessoais ‘eu’ e ‘nós’, de acordo com a sua intenção de demonstrar seus feitos, ou de escapar/dividir a responsabilidade por acontecimentos que não agradaram a opinião pública, ou até mesmo para não precisar responder uma pergunta que envolva uma questão polêmica. Se a resposta do candidato for “We have always taken the position that ...”¹ (BULL; FETZER, 2006, p. 10), fica claro que

¹ “Nós sempre tomamos a posição de que...” (BULL; FETZER, 2006, p. 10. Tradução nossa).

ele não tem a intenção de posicionar-se, e então, inclui o seu partido na resposta, recorrendo ao uso de ‘nós’, para permanecer neutro em relação à polêmica incitada.

É importante ressaltar que entendemos que o contexto da nossa pesquisa não envolve entrevistas com políticos, mas acreditamos que a intenção de convencimento do autor/falante/articulista e o uso de estratégias de negociação a que recorrem os interactantes na entrevista política se aproxima daquela posta em cena no texto opinativo. Assim, a exemplificação trazida pelos autores apresenta-se produtiva para nossa pesquisa.

Além disso, visto que nos apoiamos nos pressupostos da Pragmática, entendemos que a argumentação estabelecida em textos argumentativos também faz parte de uma relação social; sendo assim, ela se submete às regras de polidez.

Consideramos relevante, neste momento, trazer algumas contribuições de Leech (1983) acerca do princípio de cooperação (PC) e o princípio da polidez (PP), desenvolvidos por Grice (1975). Leech (1983) explica que já é de conhecimento geral que precisamos do PC para ajudar a explicar a relação entre sentido e força. No entanto, segundo o autor, o PC sozinho não é capaz de explicar o motivo das pessoas serem frequentemente indiretas ao transmitirem o que querem dizer. Para Davies (2007), o PC garante que os falantes façam suas contribuições conforme necessário, no momento adequado, de acordo com o propósito da conversa em que estão envolvidos, e que esse padrão no comportamento dos falantes permite que eles expressem o que querem dizer da forma que desejam, podendo tornar a tarefa do ouvinte mais complicada: os falantes podem omitir informações, ou apresentar sentenças não literais e esperar que os ouvintes façam o trabalho extra necessário para entender o que foi dito.

Leech (1983) explica, então, que, ao buscar compreender a lacuna deixada pelo PC, é necessário utilizar o PP, pois o PC permite que o participante se comunique, presumindo que o outro participante está sendo cooperativo. Nesse sentido, o PC funciona como regulador do que é dito e contribui para que o locutor possa ter ideia de qual será a resposta obtida.

Todavia, o PP vai além, pois funciona como o regulador que mantém o equilíbrio social e o relacionamento amigável entre os interlocutores. Acerca do PP, Leech (1983) cita o seguinte exemplo: “unless you are polite to your neighbour, the channel of communication between you will break down, and you will no longer be able to borrow his mower”² (LEECH, 1983, p. 82). Trazendo para a realidade desta pesquisa, podemos dizer, por exemplo, que em um enunciado direcionado ao leitor como “Vocês poluem os rios”, o PP seria quebrado e, provavelmente, o leitor não mais cooperaria naquela situação enunciativa, fato que dificultaria, ou até impossibilitaria, a argumentação.

Além disso, Lakoff (1973) parte do pressuposto de que a polidez está relacionada à necessidade de evitar conflitos e formula três sub-máximas de polidez a) não seja impositivo; b) dê opções c) faça o ouvinte se sentir bem. Segundo a autora, a língua disponibiliza construções específicas para cada uma das máximas descritas acima, e o uso de um tipo ou outro de estratégia depende do modo como o falante entende o contexto.

² “A menos que você seja educado com o seu vizinho, o canal de comunicação entre vocês será interrompido e você não poderá mais pegar o cortador de grama emprestado” (LEECH, 1983, p. 82. Tradução nossa).

Os fenômenos de polidez estão integrados na teoria denominada “das faces”. Nesse modelo, segundo Maingueneau (2005), entende-se que todo indivíduo possui uma face positiva e uma negativa. A face negativa diz respeito ao território de cada um (seu corpo, sua intimidade etc.), enquanto a face positiva corresponde à fachada social, à nossa própria imagem valorizante que tentamos apresentar aos outros, conforme define o autor.

Sendo assim, a comunicação verbal configura sempre, no mínimo, quatro faces (cada um dos interlocutores apresenta uma face negativa e uma positiva). Logo, todo ato de enunciação pode constituir uma “ameaça” para todas ou várias dessas faces. Maingueneau (2005), então, distingue as diferentes falas que podem estar presentes na enunciação:

FALAS AMEAÇADORAS	
Para a face positiva do locutor	Para a face positiva do destinatário
admitir um erro, desculpar-se etc., que representam atos humilhantes;	a crítica, o insulto etc.;
Para a face negativa do interlocutor	Para a face negativa do destinatário
a promessa, por exemplo, compromete o sujeito a realizar atos que demandarão tempo e energia etc.;	perguntas indiscretas, conselhos não solicitados, ordens etc.

Quadro 1 – As faces positivas e negativas (conforme Maingueneau).

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Maingueneau (2005).

Maingueneau (2005) explica que uma fala pode ameaçar uma face com o intuito de preservar a outra. Desse modo, os interlocutores encontram-se em uma busca interminável de negociar, ou seja, devem encontrar uma maneira para que suas faces sejam preservadas, sem que as faces de seu parceiro sejam ameaçadas. Nesse sentido, um conjunto de estratégias discursivas são adotadas, a fim de que as faces se preservem.

Nos termos adotados neste trabalho, dizemos que tais movimentações constituem estratégias de negociação, termo que é mais bem explorado na próxima seção.

A negociação no texto opinativo

O texto opinativo é guiado pelo objetivo de apresentação de um ponto de vista sobre um tema que movimenta interpretações subjetivas. Embora a geração de dados envolva uma proposta de escrita de um artigo de opinião, não é possível entender os textos produzidos como exemplares desse gênero, já que todo o contexto pragmático envolvido na produção não responde àquele previsto para o gênero, conforme observa Corbari (2013). Esta pesquisadora, envolvida na geração do *corpus* aqui considerado, pondera que, quando tomado para fins didáticos, as características que concernem à circulação e recepção do artigo de opinião são

transfiguradas: o espaço de circulação e os leitores deixam de ser aqueles previstos para o gênero e passam a ser, respectivamente, o ambiente escolar e os próprios alunos e professores. Além disso, o contexto de produção e a autoria também são alterados. “De forma mais ampla, pode-se dizer que os aspectos sociocomunicativos e funcionais reais do artigo de opinião são diversos nesse contexto em comparação com aquele em que comumente circula” (CORBARI, 2013, p. 75).

Sendo assim, levando em conta essa configuração adaptada do gênero, toma-se como inadequada a expectativa de que um aluno de Ensino Médio trate de assuntos socialmente controversos da mesma forma que um articulista o faz ou que consiga acessar a posição de autoria de um articulista, bem como os desdobramentos implicados nessa posição. No entanto, a tentativa de se projetar para esse lugar enunciativo faz com que os alunos recorram a algumas estratégias linguísticas que são recorrentes nos artigos de opinião. Uma delas é a explicitação da subjetividade por meio do uso de recursos gramaticais que marcam a primeira pessoa, os quais entendemos se constituírem também no contexto de produção considerado.

A noção de ‘negociação’ é aqui entendida como um movimento que se explicita na língua de escolhas linguísticas para alcançar determinado fim, no caso em tela, o de apresentar um texto convincente ao leitor. Trata-se, pois, de um evento discursivo que implica intenções que são movimentadas por interactantes em determinada situação enunciativa. Ou seja, a negociação é um evento pragmaticamente localizado, fazendo parte de um contexto moldado pela própria atividade de fala, para usar os termos de Parret (1988).

De acordo com Golder e Coirier (1996), é por meio da argumentação que o falante tenta levar o interlocutor a aceitar o argumento proposto, agindo nas opiniões, nas atitudes e nos comportamentos do destinatário. O falante/autor induz a opinião por meio de operações argumentativas. Os autores mencionam que um falante que ocupa a posição de argumentador preocupa-se em fazer com que o seu interlocutor compreenda a razão pela qual aquilo que está dizendo é válido e crível.

Ademais, para que o público aceite uma opinião, o falante deve deixar espaço para a argumentação (GOLDER; COIRIER, 1996). Isso significa que deve tomar seu interlocutor como um participante da interação que precisa entender o que foi dito como um julgamento sobre os fatos, e não como fatos em si.

A negociação argumentativa pode ocorrer por meio do distanciamento do enunciador, que acontece quando sua incerteza aparece em expressões como “eu acho”, “eu acredito”, “talvez”; ou por meio de estratégias que demonstram que o enunciador está avaliando algo como bom ou ruim, como as expressões “é bom” e “é estúpido”, por exemplo. A negociação pode conceber-se nos momentos em que o falante/autor se distancia do conteúdo do texto e utiliza-se de argumentos que vão de acordo com valores sociais aceitáveis para ele e para o seu interlocutor. Golder e Coirier (1996) também afirmam que a construção da negociação é uma tarefa complexa, pois conta com operações como a contra-argumentação e exige um gerenciamento elaborado do discurso, já que o enunciador deve fazer com que o “modo diálogo” aconteça em um monólogo.

Golder (1992), ao falar sobre o papel da cooperatividade entre sujeitos do discurso, menciona alguns tipos de marcadores textuais que são relacionados a tipos de cooperatividade, ou seja, que colaboram para a construção de um tópico

discursivo coerente entre os participantes da interação. Entre os tipos citados pela autora, interessa-nos, nesta pesquisa, mais especificamente, o seguinte tipo “*involvement in utterances: the negotiable nature of argumentative discourse, and speaker degree of egocentricity from what is said (true for me/true for everyone)*”³ (GOLDER, 1992, p. 53).

Golder (1992) afirma que, ao apresentar sua opinião, o falante reconhece que, eventualmente, outros argumentos e outras crenças serão mobilizados, tornando a negociação possível. Ao buscar construir uma operação de argumentos negociáveis, o autor demonstra que não encara seu interlocutor como um leitor passivo, mas como alguém que tem suas opiniões e está disposto a estabelecer trocas. Desse modo, ao levar em conta o tipo de orientação argumentativa proposta pelo interlocutor (ou que seria apresentada, posteriormente, em caso de um texto escrito), o autor/falante precisa colocar-se um passo à frente, a fim de conseguir construir seu contra-argumento, já tendo consciência do posicionamento de seu interlocutor.

Assim, destaca-se a complexidade exigida no processo de elaboração da negociação, que consiste, sobretudo, na pressuposição de que o enunciador precisa: expressar sua opinião; considerar o contexto enunciativo e as/os crenças/saberes/desejos/valores do interlocutor; mostrar certo distanciamento em relação ao próprio argumento (“eu acho”, “talvez”); construir um contra-argumento com base na opinião do interlocutor.

Golder e Coirier (1996) também mencionam um outro processo importante para a argumentação: a justificação. Segundo os autores, a justificação se trata de qualquer sentença que faça outra sentença mais aceitável. Uma opinião é considerada justificada quando uma afirmação é encadeada por pelo menos mais uma oração (de causalidade ou exemplificação). Ao observarmos os textos que fazem parte do *corpus*, notamos que a justificação está integrada na negociação, pois, como observa Corbari (2013), “a justificação permite que se construa uma teia de argumentos que se interconectam para construir a orientação argumentativa do texto” (CORBARI, 2013, p. 23). Assim, observamos que a negociação e a justificação, apesar de diferentes, são processos complementares entre si, e é necessário que façamos uso de ambas para construir uma sequência argumentativa.

Na análise dos textos opinativos que constituem o *corpus* da presente pesquisa, Corbari (2013) acrescenta que a “negociação [...] diz respeito à forma como o produtor relaciona recursos linguísticos, manipulando-os para agir sobre o interlocutor, orientando a produção de sentido(s) a partir de sua posição sobre o tema abordado” (CORBARI, 2013, p. 25). A autora também afirma que, no caso dos textos analisados, a negociação

[...] tem como fim validar e fazer prevalecer o ponto de vista apresentado no texto. Trata-se, então, de característica presente no texto argumentativo, considerando que, para o interlocutor aceitar a opinião do produtor, este precisa lançar mão da negociação. (CORBARI, 2013, p. 138).

³ “envolvimento no enunciado: a natureza negociável do discurso argumentativo e o nível de egocentrismo do falante do que é dito” (GOLDER, 1992, p. 53. Tradução nossa).

Observamos, assim, que os elementos linguísticos, explicitados na superfície textual, podem contribuir para a construção da negociação no texto opinativo. Entre esses elementos, destacamos o papel da *primeira pessoa do plural e do singular* mobilizadas no texto.

Esse recorte em relação ao objeto de análise justifica-se pelo fato de a primeira pessoa constituir-se um recurso de negociação recorrente no gênero artigo de opinião, como podemos averiguar na pesquisa realizada por Silveira (2017). A autora analisa, entre outras ocorrências, o uso de pronomes em artigos de opinião. Essa pesquisa mostra que, entre os pronomes utilizados, a maioria (72%) são pronomes de primeira pessoa do plural, pois, ao incluir-se na enunciação, o enunciador insere-se no discurso tendo em vista agir sobre o interlocutor. Na próxima subseção, trataremos especificamente sobre as escolhas metodológicas que guiam a análise da estratégia linguística tematizada neste trabalho.

Escolhas metodológicas

Considerando que os objetivos deste trabalho pressupõem um olhar subjetivo do pesquisador na interpretação dos dados, esta pesquisa se constrói a partir da perspectiva qualitativa. Prodanov e Freitas (2013) explicam que a pesquisa qualitativa observa a relação dinâmica existente entre o mundo real e o sujeito. Nesse tipo de pesquisa, os pesquisadores analisam seus dados indutivamente. Para Bortoni-Ricardo (2008), a pesquisa qualitativa foca na interpretação dos fenômenos sociais inseridos em um contexto. Nesse tipo de investigação, o pesquisador busca observar um processo que ocorre em determinada condição e procura, principalmente, interpretar tal processo, utilizando os métodos que forem necessários.

Dessa forma, ao considerar que a pesquisa qualitativa pressupõe a participação ativa do pesquisador na interpretação dos dados, Bortoni-Ricardo (2008) a relaciona com o interpretativismo. Logo, esta pesquisa encaixa-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa interpretativista, pois consideramos relevante a constante relação entre leitura e interpretação, além do envolvimento e impregnação aprofundados do pesquisador para com os materiais analisados, visto que todo texto possibilita uma multiplicidade de leituras (MORAES; GALIAZZI, 2011).

No que tange ao *corpus* investigado, analisamos 20 textos que foram produzidos no ano de 2010 por alunos de duas turmas do Ensino Médio noturno de um colégio público de área periférica de Cascavel-PR. Os textos foram produzidos em resposta à prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)/2008. A professora das turmas era também a pesquisadora e utilizou os textos produzidos por seus alunos em sua tese de doutoramento, na qual analisou os elementos modalizadores como estratégia de negociação (CORBARI, 2013). Para além da tese, os textos produzidos fazem parte de um projeto, aprovado pelo Comitê de Ética da Unioeste, que teve como fim formar um banco de dados para servir de *corpus* a pesquisas acadêmicas, razão pela qual são também investigados nesta pesquisa.

As produções aqui consideradas dizem respeito à terceira versão de uma produção motivada, orientada e acompanhada em sala de aula. Para o tratamento e análise dos dados, adotamos como procedimento metodológico a Análise Textual

Qualitativa (MORAES; GALIAZZI, 2011), que busca gerar novas perspectivas sobre os fenômenos linguísticos e discursos.

A Análise Textual Qualitativa organiza-se, fundamentalmente, em torno de focos que compõem um ciclo. No primeiro deles, o pesquisador examina, detalhadamente, os textos que compõem o *corpus*, fragmentando-os, para chegar a unidades constituintes relacionadas aos fenômenos estudados. Essa fase é denominada ‘desmontagem dos textos’ ou ‘unitarização’. Nesta pesquisa, essa fase diz respeito ao tratamento inicial dos textos, quando foram localizadas e organizadas as ocorrências da primeira pessoa, considerando sua contribuição na tentativa de negociação instaurada no texto⁴. Nos 20 textos analisados, foram encontrados 59 parágrafos que contemplavam pelo menos uma marca de primeira pessoa.

Destacamos que a pesquisa buscou identificar as marcas de primeira pessoa. Porém, a primeira pessoa do singular foi encontrada apenas uma vez ao longo dos 20 textos; portanto, não consideramos tal ocorrência significativa para esta análise, e focamos nos usos da primeira pessoa do plural. O segundo foco da Análise Textual Qualitativa, denominado ‘estabelecimento de relações’ ou ‘categorização’, está relacionado ao estabelecimento de relações entre as unidades de base, combinando-as entre si e categorizando-as, com o intuito de formar conjuntos que apresentem elementos próximos, ou seja, categorias. Nos 59 parágrafos considerados, foram encontradas 121 ocorrências, as quais foram classificadas, primeiramente, em duas categorias formais relativas à marca da primeira pessoa do plural e, posteriormente, em duas categorias semânticas, considerando o conteúdo proposicional do cotexto.

A divisão formal considerou a diferença entre o *nós inclusivo* e o *nós exclusivo* (BENVENISTE, 1991). Em relação a esse aspecto, observamos que todas as ocorrências encaixam-se na categoria *nós inclusivo*, pois os usos das marcas de primeira pessoa do plural sempre trazem a inclusão do enunciador, num movimento em que o enunciador busca incluir-se e a seus leitores no discurso: primeira pessoa + segunda(s) pessoa(s), ou, além dos leitores, o restante da população: primeira pessoa + segunda pessoa + terceira pessoa.

A divisão das categorias semânticas surgiu ao observarmos que os alunos empregam a primeira pessoa, de forma geral, em dois momentos distintos: 1) para citar ações que podem salvar a Amazônia; 2) para citar razões pelas quais a Amazônia deve ser salva.

Dentro da primeira categoria, observamos o emprego da primeira pessoa para tentar convencer o leitor sobre o que deve e o que não deve ser feito para salvar a floresta. Na segunda, observamos que foram mobilizados diferentes argumentos para convencer o leitor da ideia de que a floresta deve ser salva: somos dependentes da Amazônia para sobreviver; sofreremos consequências se não agirmos; somos culpados pela destruição; lutamos por um bem comum.

Na próxima seção, apresentam-se resultados da análise, recorrendo a exemplos representativos de cada categoria.

A primeira pessoa do plural como estratégia de negociação

⁴ Vale observar que Corbari (2013) cita que se trata de ‘tentativas’ de negociação, haja vista a imaturidade dos alunos como produtores de texto. Nesse sentido, pode-se falar em ‘tentativas de instauração de negociação’.

De início, considerando as contribuições da teoria enunciativa, observamos que, no *corpus*, encontramos apenas ocorrências que se encaixam dentro da categoria formal *nós inclusivo*. Esse aspecto formal é considerado nesta análise devido ao fato de que retrata escolha significativa para a interpretação dos movimentos que os enunciadores fazem a partir dos usos da primeira pessoa do plural.

É importante destacar que é difícil definir quando o enunciador inclui apenas o leitor (segunda pessoa) e quando está incluindo a segunda e a terceira pessoa (leitores+demais cidadãos brasileiros). Dessa forma, inferimos, levando em conta o contexto, que o enunciador recorre ao *nós inclusivo* para referir-se à primeira+segunda+terceira pessoa durante todo o texto, pois não é possível definir se em algum momento o conteúdo proposicional recai apenas sobre o leitor, já que em todas as situações de ocorrência da primeira pessoa do plural, há a possibilidade de incluir o leitor e os demais cidadãos brasileiros. Considerando que se trata de atualizações da primeira pessoa em texto opinativo, entendemos ser coerente a interpretação de que, de forma geral, o conteúdo proposicional recaia sobre seres do mundo de forma mais ampla do que o contexto restrito de produtor e leitor, pois envolve um debate de interesse nacional.

Vejamos alguns exemplos:

Texto 6: Como se pode observar se **continuarmos** destruindo a Amazônia poderá acontecer um grande desequilíbrio ambiental, conforme mostram várias pesquisas, pois **estamos** desmatando as florestas de modo descontrolado. Para que consigamos regular o tempo tendo menos tempestades e secas devemos suspender imediatamente o desmatamento.⁵

Texto 8: Por isso a melhor forma de **evitarmos** todas estas tragédias é ajudando a Amazônia e com ela sendo beneficiado, acabar com o desmatamento, dar vida a Amazônia e a vida depende dela.

Texto 13: A Amazônia tem conserto ainda, se **nos** todos planta-se uma árvore cada vez que **arrancássemos**, aumentando a fiscalização ao respeito madeiras ilegais assim **poderíamos** pedir uma ajuda, mais adequada da força verde, pelo menos assim **poderíamos** tentar salvar o pouco que resta da Floresta.

Nos trechos acima, o enunciador estabelece uma conversa com seu parceiro de enunciação. É possível notar que o leitor não é o único incluído, pois ao dizer “**nossa** floresta”, fala-se da Amazônia, que é um bem que pertence à primeira, à segunda e à terceira pessoa (eles = demais cidadãos brasileiros). Com essa estratégia, aponta que a discussão é de interesse coletivo e, portanto, deve estar em pauta.

Nos demais trechos, “se **continuarmos** destruindo a Amazônia”, “se **nos todos** planta-se uma árvore cada vez que **arrancássemos** [...] **poderíamos** pedir ajuda [...] **poderíamos** tentar salvar o pouco que resta da Floresta” e “o que não pode

⁵ Os fragmentos foram transcritos *ipsis litteris*.

acontecer é ficarmos de braços cruzados” os enunciadores também deixam registrado que incluem os leitores e os demais brasileiros na responsabilidade pela sobrevivência da floresta. Embora tal estratégia, bastante comum em textos escolares, seja um tanto quanto ingênua, já que, por vezes, acaba enfraquecendo o argumento ao responsabilizar o cidadão comum por questões em que ele tem pouca influência, pode-se dizer que se trata de um recurso que o aluno busca para tentar engajar o interlocutor no debate.

O uso do *nós inclusivo* nesses casos, de forma geral, cria no leitor um sentimento de “Você, leitor, também é responsável”. Ao colocar o leitor como cidadão que contribui para a destruição de seu próprio planeta, o enunciador procura “cobrar” um posicionamento do leitor, intencionando causar nele o seguinte questionamento: “Se você também destrói, por que não pode colaborar com as atitudes que podem salvar o planeta?”. Ou, pelo menos: “Se você é parte do problema, deve pelo menos se engajar na discussão sobre a questão”. Utilizando esse tipo de estratégia, o argumento torna-se negociável. Além disso, podemos observar que o enunciador não faz referência direta ao leitor com a segunda pessoa ‘tu’ e, sim, usa o *nós inclusivo* para que, assim, o leitor sinta-se pertencente a um grupo do qual o enunciador é parte. É apenas a partir do interesse pelo debate que o negociador vai poder agir sobre as crenças e quiçá as atitudes do outro.

Ao utilizar a primeira pessoa do plural e se incluir no problema, o enunciador do texto evita criar uma fala ameaçadora para as faces negativa e positiva (MAINGUENEAU, 2005) do leitor, pois, em vez de fazer uma crítica, “Você é causador da destruição da Amazônia”, ou dar uma ordem, numa orientação deôntica direta, “Você precisa replantar a floresta”, o enunciador ameniza sua fala, apresentando-se de forma polida: “**estamos** desmatando as florestas de modo descontrolado”, “**precisamos** replantar a floresta”.

Após essa visão mais geral, em que consideramos a atuação do *nós inclusivo*, passamos a observar o conteúdo proposicional relacionado ao uso da primeira pessoa do plural. Conforme já citado na seção anterior, tal análise levou à observação de dois cotextos: 1) em que o enunciador cita ações que podem salvar a Amazônia; 2) em que o enunciador cita razões pelas quais a Amazônia deve ser salva.

Quanto à primeira categoria semântica, observamos que os alunos empregaram a primeira pessoa do plural para convencer o leitor do que deve e do que não deve ser feito para salvar a floresta, conforme estes exemplos:

Texto 6: Outro recurso a que **podemos** recorrer para salvar a Amazônia seria conhecer mais a cultura indígena, que viverão lá sem prejudicá-la e explorarão de maneira sustentável por todo esse tempo. Eles entendem o que está acontecendo, eles convivem com o desmatamento todos os dias e nunca dão suas opiniões, mas nós já sabemos q eles pensão que as pessoas devem desmatar menos e preservar mais.

Texto 8: Por isso a melhor forma de **evitarmos** todas estas tragédias é ajudando a Amazônia e com ela sendo beneficiado, acabar com o desmatamento, dar vida a Amazônia e a vida depende dela.

Texto 9: Assim, **devemos** suspender imediatamente o desmatamento na Amazônia.

Texto 10: Então para finalizar o desmatamento deve acabar por completo até a floresta se desenvolver melhor seus recursos como a “maquina de chuva”, e todos **nos podemos** ajudar não comprando madeira ilegal, faça sua parte, a floresta agradece.

Nesses casos, a primeira pessoa é acionada num movimento de negociação em que o enunciador busca convencer o leitor de que devemos tomar atitudes para ajudar a floresta. Tal estratégia linguística causa um efeito de proximidade entre enunciador e enunciatário, visto que ambos estão incluídos no mesmo problema. Além disso, ao usar a primeira pessoa do plural, o enunciador estabelece um efeito de unidade, em que as ideias do enunciador são expostas como partilhadas pelo grupo de leitores, o que evita um tom impositivo por parte do produtor e respeita o princípio da polidez (LEECH, 1983).

Na segunda categoria, observamos que foram descritas diferentes razões para convencer o leitor da ideia de que a floresta deve ser salva, tais como: “Somos dependentes da Amazônia para sobreviver”; “Sofreremos consequências se não agirmos”; “Somos culpados pela destruição”; “Lutamos por um bem comum” etc. Nessa categoria é possível observar que os movimentos de negociação e de justificação (GOLDER, 1992; GOLDER; COIRIER, 1996) estão integrados, pois o produtor faz progredir o texto explicitando as razões pelas quais devemos cuidar da natureza.

Vejamos alguns exemplos representativos:

Texto 14: O que não pode acontecer é ficarmos de braços cruzados e deixarmos que acabem com a nossa máquina de chuva: a Floresta Amazônica. Pois futuramente quem **nos** garante que **teremos** ar puro, florestas maravilhosas para que **nossa** geração venha a desfrutar dessas coisa boas da natureza vamos preservar.

Texto 13: A desmatção na Amazônia já passa dos 335 mil/KM², 20 hectares por minuto, 30 mil por dia e 8 milhões por ano. Com esse avanço **nós pagamos** os preços por exemplo com que está acontecendo enchentes, terremotos, chuvas seria justo que todos que desmatam paguem caro, multas por cada área desmatada, assim os fazendeiros teriam mais consciência. Tenho certeza se todos nós ajuda-se não estaríamos assim, precisamos preservar mais.

Texto 20: Se não **pararmos** imediatamete como desmatamento não teremos mais água e não conseguiríamos mais viver em um ambiente com o ar seco e quente, pois esse ar traz consequências, como problemas respiratórios.

No recorte do Texto 14, observamos que a primeira pessoa do plural é adotada pelo enunciador para criar no leitor um senso de responsabilidade “A natureza me serve tão bem, por que não cuidar dela?”. Ao mencionar sentenças

“teremos ar puro, florestas maravilhosas para que nossa geração venha a desfrutar dessas coisa boas da natureza”, o enunciador procura lembrar ao leitor de todas as coisas boas que são proporcionadas pela natureza no seu cotidiano. Pensemos em uma paráfrase em que a terceira pessoa (a “não pessoa”) fosse adotada em detrimento da primeira pessoa: “As pessoas precisam da chuva”, “As pessoas terão ar puro”, “As pessoas dependem delas para um futuro melhor”. Nesse caso, estabelece-se um certo distanciamento em relação às ações apresentadas como necessárias, pois, segundo Benveniste (1976), a terceira pessoa pode ser “uma infinidade de sujeitos – ou nenhum” (BENVENISTE, 1976, p. 253). Nesse sentido, ao relacionar a si e ao interactante com o conteúdo proposicional, o enunciador do texto busca criar efeitos de aproximação para enredar o interlocutor no debate e, assim, agir sobre suas opiniões.

No exemplo retirado do Texto 13, o enunciador procura reforçar sua tese principal de que precisamos tomar atitudes conscientes em relação à natureza. O recurso à primeira pessoa do plural para incluir o leitor no grupo dos que sofrem as consequências é um movimento de negociação que busca ocasionar um efeito de impacto relacionado ao dado topicalizado no parágrafo: “A desmatção na Amazônia já passa dos 335 mil/KM², 20 hectares por minuto, 30 mil por dia e 8 milhões por ano.” Trata-se de um movimento semântico, que relaciona causa e consequência e que exemplifica esta última, trazido para o texto para mostrar a urgência do debate e das ações a respeito do assunto.

No recorte do Texto 20, o enunciador recorre a uma situação hipotética, envolvendo-se, envolvendo o interlocutor e a população de forma geral como o uso da primeira pessoa do plural. Também nesse caso tal estratégia é trazida dentro de um movimento de justificação, que busca ancorar o que se diz no tópico frasal: “não teremos mais água e não conseguiríamos mais viver em um ambiente com o ar seco e quente”.

Conforme exemplificam os três recortes acima, o uso da primeira pessoa do plural para descrever razões pelas quais se deve preservar a floresta está relacionada à justificação e, esta, ao movimento de negociação. Assim, o recurso à primeira pessoa também nesse caso é pragmaticamente guiado, pois um texto opinativo precisa trazer argumentos que possam levar o interlocutor a tomar como aceitável o ponto de vista apresentado (GOLDER; COIRIER, 1996). Nesse movimento, o uso da primeira pessoa busca envolver os interactantes no debate proposto.

Discussão dos resultados

Em resumo, a análise do *corpus* levou aos seguintes resultados:

- a) Identificou-se apenas uma ocorrência da primeira pessoa do singular nos textos opinativos analisados, o que levou à exclusão dessa marca da pessoa na análise proposta;
- b) Em relação à primeira pessoa do plural, observaram-se ocorrência apenas do *nós inclusivo*, não sendo verificada ocorrência do *nós exclusivo*.

- c) O *nós inclusivo*, que relaciona produtor, leitor e a população de forma geral, é atualizado no texto em dois ambientes semânticos: quando são citadas ações que podem salvar a Amazônia; 2) quando são citadas razões pelas quais a Amazônia deve ser salva.

Considerando que a Pragmática estuda o sentido dentro de um contexto de uso, observamos que as escolhas relativas à marcação do enunciador no texto e sua relação com o parceiro da interação no texto opinativo, e especificamente a marca de primeira pessoa do plural, gira em torno do contexto de produção/circulação e da temática abordada, considerando-se também as particularidades do texto opinativo.

Primeiramente, mencionamos que a temática influencia a recorrência do uso da primeira pessoa do plural nos textos, visto que, ao falar sobre a Amazônia, o enunciador inclui a si mesmo e ao leitor, para movimentar o argumento de que todos estamos envolvidos com a floresta amazônica. O *nós inclusivo* também é influenciado pela temática, pois os alunos colocam em cena enunciadores que assumem a posição de cidadãos brasileiros que precisam tomar atitudes em relação à destruição da Amazônia, juntamente com os leitores e o restante da população. Infere-se, considerando o contexto de produção, que todos os leitores também sejam cidadãos brasileiros que devem fazer parte dessa missão. Caso a temática apresentada estivesse relacionada a outros temas polêmicos, como, por exemplo, a descriminalização do aborto, é possível que o recurso à primeira pessoa do plural ficasse mais atenuado, haja vista as posições divergentes sobre o assunto e a necessidade de enredar o leitor no debate proposto. Nesse sentido, a temática é um fator que guia as escolhas formais que marcam a ‘pessoa’, o que explicita que as escolhas linguísticas são pragmaticamente guiadas.

Ademais, vale observar que o contexto de produção envolve fragilidades relativas à posição de autoria, o que pode também resultar tanto em apagamento da primeira pessoa em contextos que tal marca seria produtiva quanto no uso desse recurso linguístico em contextos em que seria mais produtivo lançar o enunciador para fora do enunciado. Por esse motivo, pode-se dizer que analisamos ‘tentativas’ de negociação, conforme pontuado por Corbari (2013).

De acordo com Rodrigues (2001), o artigo envolve a manifestação de um ponto de vista a respeito dos acontecimentos sociais do universo temático do jornalismo por um agente social que, em geral, é especialista no assunto. Também Melo (2003) aponta a relevância da autoria, uma das características fixas do artigo, na constituição desse gênero. Considerando que o aluno não tem papel de prestígio social e nem tem o domínio da temática esperado de um especialista, a posição de autoria encontra-se enfraquecida nos textos analisados. Essa situação pragmática se revela nas escolhas da ‘pessoa’, como, por exemplo, na baixa ocorrência da primeira pessoa do singular, que é produtiva na apresentação de argumento de autoridade, e na não ocorrência do *nós exclusivo*, estratégia a que os articulistas recorrem para se referir ao grupo social a que pertence, o que também se constitui em argumento de autoridade: ‘nós ambientalistas’, ‘nós engenheiros’, ‘nós políticos’ etc.

Por fim, observamos que os alunos utilizam a estratégia de apresentar sugestões que devem ser adotadas e indicar os culpados pelos problemas a partir da

primeira pessoa do plural (*nós inclusivo*) como forma de incluir-se no grupo e evitar apontar para o leitor como o único responsável pelas ações e como forma de demarcar a importância do debate. Assim, respeitam o princípio da polidez (LEECH, 1983) e evitam ameaçar as faces positiva e negativa do leitor (MAINGUENEAU, 2005), o que reforça a análise de que a negociação, que é visualizada no texto escrito pelas marcas linguísticas empregadas, é pragmaticamente guiada.

Considerações finais

Este artigo objetivou identificar e descrever a função discursivo-pragmática do uso da primeira pessoa do plural no movimento de negociação instaurado em artigos de opinião produzidos por alunos do Ensino Médio. Para isso, a perspectiva teórica e metodológica que embasou esta pesquisa foi a da Pragmática e a da Análise Textual Qualitativa. Acreditamos que a Pragmática permite um melhor entendimento acerca das motivações do enunciador ao adotar determinadas estratégias linguísticas em determinados cotextos e contextos.

Ao analisar o *corpus*, podemos afirmar que o uso da primeira pessoa do plural é recorrente nos 20 textos e ocorre de várias formas que contribuem para as tentativas de negociação instauradas. Ao se marcar na primeira pessoa do plural, o enunciador se coloca como pertencente ao grupo de cidadãos brasileiros que se preocupa com a natureza e busca constituir-se como um “porta-voz” dessa coletividade. As ocorrências de primeira pessoa do plural são importantes para o processo de negociação, visto que, no texto argumentativo, o enunciador busca convencer o leitor sobre a validade da posição discursivamente construída. Sendo assim, o papel da primeira pessoa do plural no processo de argumentação serve para criar um vínculo entre enunciador e enunciatário.

Ademais, ao recorrer à primeira pessoa do plural, o enunciador apresenta sua opinião em uma conversa com o leitor e demonstra que não vê seu interlocutor como um ouvinte/leitor passivo, mas como alguém que tem suas opiniões e está disposto a estabelecer trocas. Essa posição ativa do leitor movimenta as escolhas linguísticas do produtor, que é considerado um estrategista que movimenta recursos linguísticos para alcançar seu objetivo, estabelecendo relações interpessoais por meio do processo de negociação. Nesse movimento, a primeira pessoa também diz respeito à forma como o produtor, tendo em mente seu leitor, seleciona e relaciona recursos linguísticos com o propósito de convencer seu interlocutor e, se possível, de alinhá-lo à perspectiva subjetiva que apresenta no texto. Ou seja, trata-se de uma estratégia de negociação (GOLDER, 1996; GOLDER; COIRIER, 1994, 1996; PETRONI, 2005; CORBARI, 2013).

Referências

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. Tradução de Maria da Glória Novak. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

- CORBARI, A. T. *Elementos modalizadores como estratégias de negociação em textos opinativos produzidos por alunos de Ensino Médio*. 2013. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- DAVIES, B. L. Grice's cooperative principle: meaning and rationality. *Journal of Pragmatics*, UK, v. 39, n. 12, p. 2308–2331, 2007.
- GOLDER, C. Production of elaborated argumentative discourse: the role of cooperativeness. *European Journal of Psychology of Education*, France, v. 7, n. 1, p. 51-59, 1992.
- GOLDER, C.; COIRIER, P. The production and recognition of typological argumentative text markers. *Argumentation*, Dordrecht-Boston, v. 10, p. 271-282, 1996.
- HILGERT, J. G. Língua falada e enunciação. *Calidoscópio*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 69-76, maio/ago. 2007.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.
- FIORIN, J. L. *Introdução à linguística II: princípios de análise*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- FLORES, V. N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- LAKOFF, R. The logic of politeness: or, minding your p's and q's. *Papers from the ninth regional meeting of the Chicago Linguistic Society*, v. 9, Chicago, p. 292-305, 1973.
- LEECH, G. N. *Principles of pragmatics*. New York: Longman, 1983.
- LOPES, E. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- LOPES, C. R. S. Pronomes pessoais. In: BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. (org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 103-114.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos da comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- MELO, José Marques. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. *Análise textual discursiva*. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2011.
- MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.
- NEVES, M. H. M. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- NEVES, M. H. M. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- PARRET, Herman. *Enunciação e pragmática*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: UNICAMP, 1988.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. *Dicionário de comunicação*. 5. ed. São Paulo: Campos, 2005.

RODRIGUES, R. H. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. 2001. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVEIRA, L. C. *A articulação entre ethos e efeitos de sentido: uma visão enunciativa sobre articuladores textuais, pronomes e verbos em textos do vestibular da UFSM*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

YULE, G. *Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

Para citar este artigo

MISKIW, Alice Andrade; CORBARI, Alcione Tereza. A primeira pessoa do plural: estratégia de negociação em textos opinativos produzidos por alunos do Ensino Médio. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 10, n. 2, p. 525-546, maio-ago. 2021.

As autoras

Alice Andrade Miskiw - Mestranda do programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Área de concentração: Linguagem: práticas linguísticas, culturais e de ensino. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8688-573X>.

Alcione Tereza Corbari - Docente do programa de graduação e de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia. Área de concentração: Linguagem: práticas linguísticas, culturais e de ensino. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3247-7191>.